

EM BUSCA DO BRASIL VIÁVEL

Relatório da GAZETA MERCANTIL

Sexta-feira, 11 de novembro de 1983

A aposta política no futuro do País

por José Casado
de São Paulo

O Brasil está descobrindo a face mais cruel da crise. Sobrevive asfixiado pela inadimplência externa, enfrenta uma hiperinflação conjugada com estagnação interna e, ainda, tem de, rapidamente, fazer uma decisiva aposta política no futuro: ou ruma no sentido de consolidar posição como autêntica democracia industrial ou compromete, em definitivo, a sorte das próximas gerações de brasileiros.

Esse diagnóstico foi apresentado ontem, de forma clara e direta, por onze economistas, das mais diferentes tendências, a uma platéia de mais de quatrocentos empresários, que participaram do seminário "Em Busca do Brasil Viável", promovido pela Gazeta Mercantil, em São Paulo.

Houve uma demonstração de consenso, que durou seis horas, em torno de um ponto: a necessidade de mudanças profundas na política econômica brasileira.

Junto com dois empresários — Abilio dos Santos Diniz, diretor-superintendente do grupo Pão de Açúcar, e Cláudio Bardella, presidente do grupo Bardella —, esses economistas mostraram-se francamente céticos quanto à possibilidade de o governo, realmente, cumprir os compromissos que assumiu com a comunidade financeira internacional, expressos na mais recente carta de intenção ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

São esses os seus principais pontos do amplo diagnóstico levado ontem ao auditório do Hotel Maksoud Plaza:

- a meta de 155% para a inflação deste ano está, virtualmente, inviabilizada e a taxa de 1983 deverá ser superior a 200%, caracterizando um novo estágio, o da hiperinflação, que tende a persistir no próximo ano;

- o objetivo de redução do déficit público pela aplicação dos instrumentos políticos estabelecidos no Decreto-lei nº 2.065 não será alcançado, sobretudo porque a margem real de contenção de salários nas empresas estatais é bem pouco representativa, nesse contexto;

- a questão social tende a se agravar, porque a política econômica vigente não privilegia investimentos sociais, nem mesmo prevê a criação de um fundo-desemprego, com o qual os desempregados poderiam sobreviver no momento mais agudo da crise;

- as taxas de juros permanecerão ascendentes, aumentando o número de empresas ilíquidas no setor produtivo;

- a recessão tende a aprofundar-se, com a queda da demanda e o aumento da carga financeira sobre os custos empresariais, o que deverá levar o parque industrial ao sucateamento ou, no mínimo, vai deixá-lo em posição tecnológica amplamente desvantajosa no cenário mundial, à margem das importantes inovações que estão acontecendo na Química, Eletrônica e Genética.

Este seria um pedaço da face interna do impasse em que se encontra o Brasil, conforme a avaliação desses economistas e empresários. "Temos de escolher, agora, entre continuar com essa política econômica que, na essência, sustenta a especulação financeira, ou resolver dar comida aos que, realmente, estão com fome — e eles não são milhares, são milhões de pessoas", dramatizou o professor João Manuel Cardoso de Mello, da Unicamp.

APREENSÕES

Nas pegadas do seu colega da Unicamp, Luciano Coutinho — que momentos antes dissera estar com a sensação de que "o governo acabou, apesar de ainda ter mandado a cumprir" —, Cardoso de Mello foi incisivo: "Pode ser que o presidente da República tenha a coragem de revitalizar seu governo, adotando, imediatamente, um plano de salvação nacional, mas, se não o fizer, pode retirar-se por incompetência".

Abilio Diniz, membro do Conselho Monetário Nacional (CMN), órgão máximo de



João Manuel C. de Mello

assessoria econômica do governo, ponderou que os empresários estão solidários aos economistas nas apreensões quanto à gravidade da crise, observando que eles têm feito chegar ao centro do poder suas sugestões: "Infelizmente, não apenas as minhas palavras se têm perdido mas também a de muitas outras pessoas que têm tentado falar".

SAÍDA POLITICA

A saída para o impasse é, essencialmente, política, resumiu o empresário Cláudio Bardella. Na sua visão, há um "nó financeiro" que o governo não consegue desatar, e que compromete a execução do seu programa econômico, corrói sua credibilidade externa e interna e leva à adoção de medidas que acabam redundando no aprofundamento da recessão.

Todos consideram exageradas as condições que, aparentemente, estão impostas pelos credores externos para o financiamento do serviço da dívida brasileira, no próximo ano. "Dona Maria I está pedindo mais ouro, uma nova derrama, e a mina está-se esgotando; precisamos de um novo Tiradentes, mas que este, ao menos, tenha melhor sorte", ironizou Paulo Rabello de Castro, da Fundação Getúlio Vargas.

O DESEMPREGO

Foi também unânime a condenação à opção governamental para o financiamento da dívida interna neste ano, transferência de Cr\$ 2,5 trilhões do orçamento fiscal para o orçamento monetário. A previsão é de que, no próximo ano, o governo deverá ultrapassar a casa dos Cr\$ 6 trilhões, nesse tipo de operação, que, em última análise, "caracteriza um processo de continuidade do cassino financeiro sem risco com o privilégio da especulação em detrimento do capital produtivo", observou Carlos Lessa da UFRJ.

A instituição de um fundo de assistência aos desempregados custaria bem menos, argumentou José Márcio Camargo, da Pontifícia Universidade Católica, do Rio: "Temos de ter na cabeça, de forma permanente, que 90% da população brasileira ganha, hoje, menos de cinco salários mínimos, enquanto 60% não consegue ultrapassar a dois salários. O desemprego já atinge 5 milhões, e outros 7 milhões de pessoas estão subempregados; há fome nas ruas, é uma realidade, e não podemos continuar sustentando a especulação".

Está montanda uma "farsa", com sociedade composta pelo governo e os credores internacionais, critica André Lara Resende, da PUC/RJ: "Nós não temos condições de pagar a dívida, mas o governo insiste em dizer que sim, e os credores continuam dizendo que acreditam".

O preço disso, complementa Cláudio Salm, da Unicamp, "é um permanente agravamento da recessão e adoção de um modelo agrícola que privilegia culturas de exportação, com o objetivo de dar à balança comercial saldo positivo; enfim, a política do FMI tornou-se um instrumento eficaz para acelerar a transferência real de renda do Brasil para os grandes centros financeiros do mundo".